

7

Referências Bibliográficas:

- ANDRÉ, Marli. Etnografia da Prática Escolar. Campinas, SP, Papirus, 2003.
- APPLE, Michael. Política cultural e educação. São Paulo, Cortez, 2000.
- ARROJO, Rosemary. Oficina de Tradução: a teoria na prática. São Paulo, Ed. Ática, 2002.
- AZEVEDO, Janete. A educação como política pública. Campinas/SP, Autores Associados, 1997.
- BAKTHIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, Hucitec, 1988.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. Luta contra a pobreza. Panorama Geral. Washington, 2000.
- BARBOSA, Heloísa, 1999. Por que Inclusão? <http://www.defnet.org.br/agora.htm>
- BEHARES, L. E. Novas correntes da Educação do Surdo: dos enfoques clínicos aos culturais. Revista de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria, 1991.
- BERNARDINO, E. L. Absurdo ou Lógica? A produção lingüística dos surdos. Belo Horizonte, Ed. Profetizando Vida, 2000.
- BIROU, A. Dicionário das Ciências Sociais. Lisboa, Public. D. Quixote, 1976.
- BOFF, L. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. Petrópolis/RJ, Ed. Vozes, 1998.
- BOTELHO, Paula. Segredos e silêncios na educação dos surdos. Belo Horizonte, Autêntica, 1998.
- _____. Linguagem e Letramento na Educação de Surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2002.
- BRASIL. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. CAP.V.
- BUENO, J.G.S. Crianças com Necessidades Educativas Especiais. Política Educacional e a Formação de Professores: Generalistas ou especialistas. Caxambu: ANPED, 1998. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED.
- CANDAU, V.M.(Org.). Sociedade, educação e cultura(s): Questões e propostas. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

_____(Coord.) Universidade, Diversidade Cultural e Formação de Professores. Relatório Final, Projeto Integrado de Pesquisa, CNPQ/PUC, 2003 a.

_____. Didática e Interculturalismo: uma aproximação. IN: LISITA, Verbena Moreira S. de S. & SOUSA, Luciana, Freire E. C. P.(Orgs.) Políticas educacionais, práticas e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro, DP&A, 2003b.

_____. Sociedade multicultural e educação: tensões e desafios. In: Candau, V.M. (Org.) Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

CANCLINI, N. G. Culturas Híbridas. São Paulo, EDUSP, 2004.

CAPOVILLA, Fernando C. & RAPHAEL, Walkiria. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe de Língua de Sinais. São Paulo, Edusp, 2001.

CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem: Educação Inclusiva. Porto Alegre, Mediação, 2000.

CODO, W. (Coord.) Educação: carinho e trabalho. Petrópolis/RJ, Ed. Vozes, 1999.

COUTINHO, Maria Dolores M. da C. Mediação de esquemas na resolução de problemas de matemática por estudantes surdos. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/UFRJ, 2004.

COUTO-LENZI, Alpia F. O método “Perdoncini”. In: Strobel, K. L. & DIAS, S.M.S. Surdez: abordagem geral. FENEIS, 1995.

DAUSTER, T. Um saber de fronteira: entre a Antropologia e a Educação. Poços de Caldas, ANPED, 2003.

DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Brasília, MEC/SEESP, 2001.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 115, mar. 2002.

FABRIS, E.T.H.&LOPES, M.C. O olhar do cinema sobre a diferença. In: LOPES, L.P.M.& BASTOS, L.C.(Orgs.). Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas?SP, Mercado das Letras, 2002.

FAMULARO, Rosana. Intervención del intérprete de lengua señas/lengua oral en el contato pedagógico de la integración. In: SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos, v.1. Porto Alegre, Mediação, 1999.

FELIPE, Tanya Amara. O signo gestual-visual e sua estrutura frasal na Língua de Sinais dos centros urbanos do Brasil. Dissertação de Mestrado, UFPE, 1988.

_____. Por uma proposta de educação bilíngüe. In: Strobel, K. L. & DIAS, S.M.S. Surdez: abordagem geral. FENEIS, 1995.

_____. A função do intérprete na escolarização do surdo. In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: desafios e reflexões, INES, Rio de Janeiro, 2003.

FERNANDES, Eulália. Problemas Lingüísticos e Cognitivos do Surdo. Rio de Janeiro, Agir, 1989.

_____. A função do intérprete na escolarização do surdo. In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: desafios e reflexões, INES, Rio de Janeiro, 2003.

FERNANDES, Sueli. É possível ser surdo em Português? Língua de Sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In: : SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da Educação bilíngüe para Surdos, v.2. Porto Alegre, Mediação, 1999.

FERREIRA-BRITO, L. Similarities and Differences in two brazilian Sign Languages Studies. In: Sign Language Studies, 42: 45-46, Silver Spring, USA, Linkstok Press, 1984.

_____. Uma abordagem fonológica dos sinais em LSCB. In: Revista Espaço, Rio de Janeiro, INES, v.1, 1990.

_____. Integração social e educação de surdos. Rio de Janeiro, Babel, 1993.

_____. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro: UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, 1995.

FLEURI, R.M. (Org.). Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

_____. História da Sexualidade, v.1. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis/RJ, Ed. Vozes, 2001.

FRANCO, Monique. A tragédia surda: uma análise multicultural crítica da inclusão. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/ UFRJ, 2001.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J (Org.) Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, UnB, 2001.

FREIRE, A. M. da F. "Aquisição do português como Segunda língua: uma proposta de currículo". Revista Espaço n.9, Rio de Janeiro: I.N.E.S., P. 46-52, 1998.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 1977.

_____ & MACEDO, D. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro, Ed. Paz e terra, 1990.

_____ Pedagogia da indignação: caras pedagógicas e outros escritos. São Paulo, Ed. Unesp, 2000.

FRIGOTTO, G. Delírios da Razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P.(Org). Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis/RJ, Vozes, 1995.

GARCIA, B. G. O multiculturalismo na educação de surdos. IN: SKLIAR, C. (Org.) Atualidade da Educação bilíngüe para Surdos, v. 1. Porto Alegre, Mediação, 1999.

GARCIA, R.M.C. Discursos políticos sobre inclusão: Questões para as políticas públicas de Educação Especial no Brasil. Caxambu, ANPED,2001.

GEE, James Paul. New people in new worlds. In: COPE, B; Kalantzis, M (Eds.) Multiliteracies:Literacy learning and design of social futures. London, Routledge, 2000.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GENTILI, Pablo (Org.). Pedagogia da Exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis/RJ, Vozes, 1995.

_____ Escola e cidadania em uma era de desencanto. In: SILVA, Shirley& VIZIM, Marli. Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas, Mercado de Letras/ALB, 2003.

GOES, M.C.R. de. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP, Autores Associados, 1996.

_____ Com quem as crianças surdas dialogam em sinais? In: LACERDA, C.B.F.de& Góes, M.C.Rafael de (Orgs.). Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo, Ed. Lovise, 2000.

_____ & TARTUCI, D. Alunos surdos na escola regular:as experiências de letramento e os rituais da sala de aula. In: LODI, A.C.B, HARRISON, K.M.P, CAMPOS, S.R.L de, TESKE, O.(Orgs.) Letramento e minorias. Porto Alegre, Mediação, 2003.

_____ Desafios da inclusão de alunos especiais: a escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa. In: GOES, M.C.R.de & LAPLANE, A.L.F. de. Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. Campinas/SP, Autores Associados, 2004.

_____ & LAPLANE, A.L.F. de. Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. Campinas/SP, Autores Associados, 2004.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. Revista Educação e Realidade, Porto Alegre, UFRGS, v22(2), jul/dez,1997.

_____ Identidade cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

_____ Da diáspora: Identidade e mediações culturais. Belo Horizonte, Ed. UFMG, Brasília, UNESCO do Brasil, 2003.

HYPOLITO, Álvaro Moreira & GANDIN, Luís Armando. Educação em tempos de incertezas. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

KARNOPP, L. Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da LIBRAS: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, Instituto de Letras e Artes, PUCRS, 1994.

KASSAR, M.C.M. Matrículas de crianças com necessidades especiais na rede de ensino regular: do que e de quem se fala? In: GOES, M.C.R.de & LAPLANE, A.L.F. de. Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. Campinas/SP, Autores Associados, 2004.

KLEIN, Madalena. Cultura Surda e Inclusão no Mercado de Trabalho. In: THOMA, A,da Silva & LOPES, M. C. A invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

JACOBY, R. O fim da utopia. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2001.

LABORIT, E. O vôo da gaivota. São Paulo, Ed. Best Seller/ Círculo do Livro, 1994.

LACERDA, C.B.F.de. O intérprete de Língua de Sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão. In: LACERDA, C.B.F. de & GOES, M^a C. R. de. (Org) Surdez: Processos Educativos e Subjetividade.São Paulo, Ed. Lovise, 2000.

_____ O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A.C.B, HARRISON, K.M.P, CAMPOS, S.R.L de, TESKE, O.(Orgs.) Letramento e minorias. Porto Alegre, Mediação, 2003.

LACERDA, Patrícia M. Ser diferente é normal? In: Candau, V.M. (Org.) Cultura(s) e educação: entre o crítico e o pós-crítico. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

LANE, H. A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada. Lisboa, Instituto Piaget, 1992.

LAPLANE, A.F. de. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In: GOES & LAPLANE. Política e Práticas de Educação Inclusiva. Campinas/SP, Autores Associados, 2004.

LARROSA, J. & SKLIAR, C. Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

LEITE, Emeli Marques Costa Leite. Os papéis do intérprete de Libras na Sala de Aula Inclusiva. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/UFRJ. 2004.

LOUREIRO, Vera Regina. Aquisição tardia de Língua de Sinais por surdos adultos: construindo possibilidades de significação e inserção no mundo social. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras/UFRJ, 2004.

LOPES, Maura C. Relações de poderes no espaço multicultural. In: SKLIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, Editora Mediação, 1998a.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. E.D. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas, São Paulo, EPU, 1986.

LULKIN, Sergio. O silêncio disciplinado. A invenção dos surdos a partir das representações ouvintes. Dissertação de Mestrado- UFRGS/FACED – Porto Alegre, 2000.

MAGALHÃES, M. C. C. “Contribuições da pesquisa sócio histórica para a compreensão dos textos interacionais da sala de aula de línguas: foco na formação do professor”. The ESpecialist vol. 17/1 pp1-18, 1996.

MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo, Ed. Abril, Coleção Os Pensadores, 1978.

MANTOAN, Maria Teresa. Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer? São Paulo, Moderna, 1998.

MARTINS, J.S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo, Ed. Paulus, 1997.

MAZZOTA, Marcos J. Silveira. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas. São Paulo, Cortez, 1996.

MCLAREN, Peter. Multiculturalismo Crítico. São Paulo, Cortez, 1997.

_____. Multiculturalismo Revolucionário: Pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2000.

MIRANDA, Wilson. Comunidade dos Surdos: olhares sobre os contatos culturais. Dissertação de Mestrado- UFRGS/FACED – Porto Alegre, 2001.

MOURA, M.C., LODI, A.C.B. & PEREIRA, M.C. da C. Língua de Sinais e Educação de Surdos. São Paulo, TEC ART, 1993. Série Neuropsicologia, v.3.

MÜLLER, Ana Claudia. Narrativas surdas: Entre Representações e Traduções. Dissertação de Mestrado. Departamento de Educação PUC-RIO, abril de 2002.

MOITA LOPES, L.P. Identidades Fragmentadas. Campinas/SP, Mercado das Letras, 2002.

MOREIRA, A.F. B. Currículo diferença cultural e diálogo. Educação & Sociedade, Campinas, v.23(79), ago.2002.

_____ A escola poderia avançar um pouco no sentido de melhorar a dor de tanta gente. In: COSTA, Marisa V. A escola tem futuro? Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

MOURA, Maria Cecília de. O Surdo: caminhos para uma nova identidade. São Paulo, Revinter2000.

MOURA, M^a Cecília, LODI, Ana Cláudia B. & PEREIRA, M^a Cristina da C. Língua de Sinais e Educação de Surdos. São Paulo, Tec Art, 1993. Série de Neuropsicologia, v.3.

MRECH, M. L. Os desafios da Educação Especial: O Plano Nacional de educação e a Universidade Brasileira. In: Revista Brasileira de Educação especial, São Paulo, UNIMEP, 1999, v.3.

OMOTE, Sadao. Normalização, integração, inclusão... In: Revista Ponto de Vista. Florianópolis, v.1(1), UFSC, 1999.

PIERUCCI, A. F. Ciladas da diferença. São Paulo, USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Editora 34, 1999.

PERLIN, Gládis T.T. & Quadros, R. M. Educação de surdos em escola inclusiva? In: Revista Espaço, INES, Rio de Janeiro, n.7, jun.1997.

_____ Identidades Surdas. In: Skliar, C.(Org.) A surdez, um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, Mediação, 1998a.

_____ Identidades surdas e inclusão. In: Anais do Seminário surdez, Educação e Cidadania: Refletindo sobre os processos de Exclusão e Inclusão. Rio de Janeiro, INES/MEC, 1998b.

_____ Identidade surda e currículo. In: LACERDA, C.B.F.de & Góes, M.C.Rafael de. Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo, Ed. Lovise, 2000.

_____. O lugar da cultura surda. In: THOMA, A da Silva & LOPES, M. C. (Orgs.). A invenção da Surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2004.

PRIETO, Rosângela. Política educacional brasileira pós 1988: o que podemos dizer sobre a Escola para Todos, na perspectiva do atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais? In: Anais do Congresso Educação de Surdos: múltiplas faces do cotidiano escolar. Rio de Janeiro, INES/MEC, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

_____. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão. Revista Ponto de Vista, UFSC, n 4, 2002-2003.

_____. O tradutor e intérprete de Língua brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Especial/Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC/SEESP, 2004.

REIS, Vânia P. F. A criança surda e seu mundo: o estado da arte, as políticas e as intervenções necessárias. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação/UFES. 1992.

REVER, Judith. Michel Foucault: conceitos essenciais. São Paulo, Ed. Claraluz, 2004.

ROCHA, Solange. Histórico do INES. In: Revista Espaço: edição comemorativa dos 140 anos. INES/MEC, 1997.

ROCKWELL, Elsie. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: EZPELETA, J. & ROCKWELL, E. (Orgs.) Pesquisa Participante. São Paulo, Cortez Ed., 1989.

RODRIGUES, Jane Teresinha D. O ver, o agir e o sentir do surdo frente à Educação Inclusiva. Dissertação de Mestrado. Departamento de Pedagogia/UNIJUÍ, 2000.

SÁ, Nidia Regina L. de. Cultura, Poder e Educação de Surdos. Manaus, Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SACKS, Oliver. Vendo vozes. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1990.

SANCHEZ, Carlos. La Lengua escrita: esse esquivo objeto de la pedagogia para sordos y oyentes. In: SKLIAR, C. (Org.). Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos, v.2. Porto Alegre, Mediação, 1999.

SANTOMÉ, J.T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, T. T. da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis/RJ, Vozes, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1996.

_____. Uma concepção multicultural dos direitos humanos. In: Lua Nova, Revista de cultura e política. Brasil: CEDEC, 1997.

_____. Dilemas de nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. (www.curriculosemfronteiras.org.)

SARMENTO, Manoel Jacinto. O estudo de caso etnográfico. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto; VILELA, Rita T.(Orgs.). Itinerários de Pesquisa: Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

SASSAKI, Romeu K. O Processo de inserção escolar pela integração e pela inclusão. Bibliografia parcial em Português compilada em 1999. (www.Educacaoonline.pro.br)

SAWAIA, Bader (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, Vozes, 2002.

SEMPRINI, Andrea. Multiculturalismo. Bauru/SP, EDUSC, 1999.

SHIROMA, E.O. A outra face da inclusão. In: TEIAS. Revista da Faculdade de Educação/UERJ. Rio de Janeiro, Faculdade de Educação/UERJ, n 03, 2001, pp29-37.

SILVA, Jailson de Souza. Identidade, território e práticas culturais: a experiência do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm. IN: HOLLANDA, H.B. de (Org.) Cultura e desenvolvimento, Aeroplano, 2004.

SILVA, Shirley. Educação Especial- entre a técnica pedagógica e a política educacional. In: SILVA, Shirley & VIZIM, Marli. Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas, Mercado de Letras/ALB, 2003.

SILVA, Tomas Tadeu da. A política e a epistemologia do corpo normalizado. In: Revista Espaço, INES, n.08, dez.1997.

_____. Teoria cultural e educação: um vocabulário crítico. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

_____. (Org). Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis/RJ, Vozes, 2003.

SKLIAR, C.(Org). Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre, Mediação, 1997.

_____. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In SKLIAR, C. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, Editora Mediação, 1998a.

_____ Bilingüismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação dos surdos. In: Revista Brasileira de Educação, ANPED, 1998b.

_____ A escola para surdos e as suas metas: repensando o currículo numa perspectiva bilíngüe e multicultural. In: Anais do Seminário surdez, Educação e Cidadania: Refletindo sobre os processos de Exclusão e Inclusão. Rio de Janeiro, INES/MEC, 1998c.

_____ “A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade” In: Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, UFRGS, v.24(1), jul./dez.1999a.

_____ A formação de professores surdos e ouvintes desde a perspectiva da diferença. Endipe 2000.

_____ & Duschatzky, Silvia. Os nomes dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade. In: Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, UFRGS, v.25(2), jul./dez.2000, pp163-177.

_____ & Quadros. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. IN: Estilos da Clínica, São Paulo, v.5(9), 2000. pp32-51.

_____ Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas – e as novas – fronteiras em educação. Proposições. Campinas, Faculdade de Educação/ Unicamp, v.12 (2-3) jul./nov. 2001. pp 11-21.

_____ Pedagogia (improvável) da diferença e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro, DP&A, 2003a.

_____ Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngüe para surdos. .In: SILVA, Shirley& VIZIM, Marli. Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados. Campinas, Mercado de Letras/ALB, 2003 b.

SOARES, M. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte, Autêntica, 2001.

SOUZA, R. M. de Que palavra que te falta? Lingüística e educação: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____ & GOES, Maria Cecília R. de. O ensino de surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão. IN: SKLIAR, C.(Org.) Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos, v.2. Porto Alegre, Mediação, 1999.

_____ Práticas alfabetizadoras e subjetividade. IN: LACERDA, C.B.F.de & Góes, M.C.Rafael de. Surdez: processos educativos e subjetividade. São Paulo, Ed. Lovise, 2000.

_____ & CARDOSO, S.H.B. Inclusão escolar e linguagem revisitano os PCNs. IN: Proposições, Faculdade de Educação/Unicamp, v.12(2-3), jul/nov.2001.

SPINK, M.J.(Org.) Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano; aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo, Ed. Cortez, 2004.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. Inclusão um guia para professores. Porto Alegre, ARTMED, 1999.

TAVARES, Laura Soares. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo, Cortez, 2002.

TAYLOR, Charles. A política do Reconhecimento. In: Argumentos Filosóficos. São Paulo, Ed. Loyola, 2000.

_____ A distorção objetiva das culturas. Folha de São Paulo, 11 ago.2001. Caderno Mais!

TESKE, Ottmar. A relação dialógica como pressuposto na aceitação das diferenças: p processo de formação das comunidades surdas. In: In SKLIAR, C. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre, Editora Mediação, 1998a.

_____ A função do intérprete na escolarização do surdo.In: Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: desafios e reflexões, INES, Rio de Janeiro, 2003a.

_____ Letramento e minorias numa perspectiva das ciências sociais. In: LODI, A.C.B., HARRISON, K.M.P., CAMPOS, S.R.L de, TESKE, O.(Orgs.) Letramento e minorias. Porto Alegre, Mediação, 2003.

TIBALLI, E. F. Arantes. Estratégias de inclusão frente à diversidade social e cultural na escola. IN: LISITA, Verbena Moreira S. de S. & SOUSA, Luciana, Freire E.C P.(Orgs.).Políticas educacionais, práticas e alternativas de inclusão escolar. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

TURA, Mª de Lourdes Rangel. A observação do cotidiano escolar. In: ZAGO, Nadir: CARVALHO, Marília Pinto: VILELA, Rita T. (Org.) Itinerários de Pesquisa: Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, CORDE, 1994.

UNICEF. Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Trad. M^a de Lourdes Menezes e outros. Brasília, 1991.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para incluir. In: Proposições, Faculdade de Educação/ Unicamp, v.12 (2-3) jul./nov. 2001. pp 11-21.

VELHO, Gilberto. O desafio da cidade: novas perspectivas da Antropologia brasileira, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1980.

_____. Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

_____. & KUSCHINIR, K. (Orgs.) Mediação, Cultura e Política. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001

VYGOTSKY, L. S. A formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1991a.

_____. Pensamento e Linguagem, Martins Fontes, 1991b.

WERNECK, Claudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

ANEXOS

A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS

DOCUMENTO ELABORADO PELA COMUNIDADE SURDA A PARTIR DO PRÉ-CONGRESSO AO V CONGRESSO LATINO AMERICANO DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS, REALIZADO EM PORTO ALEGRE/RS, NO SALÃO DE ATOS DA REITORIA DA UFRGS NOS DIAS 20 A 24 DE ABRIL DE 1999

SUMÁRIO

1. Políticas e práticas educacionais para surdos
 - Direitos Humanos
 - A escola de Surdos
 - As classes especiais para surdos
 - As reações entre o professor surdo e o professor ouvinte
2. Comunidade, cultura e identidade
 - A identidade surda
 - As Línguas de Sinais
 - O currículo da Escola de Surdos
 - A relação entre a escola de surdos e a comunidade surda
 - As relações com a família
 - As Artes Surdas
 - As culturas Surdas
3. Formação do profissional surdo
 - Geral
 - Os educadores surdos
 - O instrutor de língua de Sinais
 - O monitor surdo
 - O pesquisador surdo
 - Os surdos universitários

1. POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS PARA SURDOS

DIREITOS HUMANOS

1. Propor o reconhecimento da língua de sinais como língua da educação do Surdo em todas as escolas e classes especiais de surdos.
2. Assegurar a toda criança surda o direito de aprender línguas de sinais e também português e outras línguas.
3. Assegurar às crianças, adolescentes e adultos surdos, educação em todos os níveis, como pressuposto a uma capacitação profissional.
4. Levar ao conhecimento das escolas os direitos dos surdos. Promover a conscientização sobre questões referentes aos surdos.
5. Recomendar que programas televisivos não veiculem posturas que gerem atitudes discriminatórias contra o uso da língua de sinais e direitos dos surdos defendendo posturas ouvintistas.
6. Levar em conta o conhecimento da língua de sinais para a escolha dos professores de surdos. Entende-se como prova de conhecimento em língua de sinais: certificado específico de curso reconhecido pelas Associações e Federações de Surdos, com aprovação posterior em banca constituída pela comunidade surda.
7. Propor iniciativas visando impedir preconceitos contra surdos.
8. Criar cursos noturnos para jovens e adultos surdos no ensino fundamental, médio, superior, supletivos, cursos profissionalizantes, em que os professores usem língua de sinais ou em que haja intérpretes da mesma.
9. Regularizar ou implementar o ensino para os surdos onde quer que eles estejam presentes.
10. Usar da tecnologia na comunicação com surdos em escolas e locais públicos uma vez que se tem constatado que a tecnologia ajuda na aquisição do português escrito.
11. Buscar recursos para a manutenção de uma Central de Intérpretes para atender aos surdos de Classe Especial, de Integração e Faculdades.
12. Formular políticas públicas para levantamento e atendimento educacional de crianças de rua surdas.
13. Propor uso de legenda na mídia televisiva, particularmente nos momentos de noticiário regular extraordinário, o que favorece a compreensão pelos surdos.

14. Realizar estudos a fim de levantar a real situação educacional dos surdos: escolaridade, número de surdos não atendidos, evadidos, analfabetos, etc.
15. Em educação, assegurar ao surdo o direito de receber os mesmos conteúdos que os ouvintes, mas através de comunicação visual. Formas conhecidas, em comunicação visual importantes para o ensino do surdo são: línguas de sinais, língua portuguesa, e outras línguas no que tange à escrita leitura e gramática
16. Respeitar a decisão do surdo em usar ou não aparelho de audição. Não impor o uso do mesmo, nenhum surdo pode ser obrigado a usar aparelho auditivo, já que esta decisão deve ser consciente.
17. Nos concursos vestibulares os surdos devem contar com intérpretes na ocasião das provas e a prova de português deve ter critérios especiais de avaliação.
18. Em concursos públicos onde o surdo concorre com outros deficientes sua prova de português também precisa ser analisada com critérios específicos e inclusive com presença de intérpretes.
19. Incorporar aos currículos dos cursos superiores disciplinas que abordem: língua de sinais e outras informações sobre culturas surdas, particularmente nos cursos de formação de médicos, fonoaudiólogos e outros que irão trabalhar com surdos.
20. Promover a recuperação daqueles indivíduos surdos que por muitos anos foram mantidos no "cativeiro" dos ouvintes, possibilitando sua integração à sociedade.
21. Repensar o destino do patrimônio dos surdos, assim como o patrimônio das escolas de surdos quando deixam de existir.
22. Considerar que a integração/inclusão é prejudicial à cultura, à língua e à identidade surdas.
23. Propor o fim da política de inclusão/integração, pois ela trata o surdo como deficiente e, por outro lado, leva ao fechamento de escolas de surdos e/ou ao abandono do processo educacional pelo aluno surdo.
24. Considerar que a integração da pessoa surda não passa pela inclusão do surdo em ensino regular, devendo o processo ser repensado.

A ESCOLA DE SURDOS

25. Elaborar uma política de educação de surdos com escolas específicas para surdos.
26. Considerar que a escola de surdos é necessária e deve oferecer educação voltada para princípios culturais e humanísticos, promovendo o desenvolvimento

de indivíduos cidadãos e sendo um centro de encontro com o semelhante para produção inicial da identidade surda.

27. Enfatizar a urgência da criação de creches e escolas de ensino fundamental e ensino médio para a população de surdos da capital e interior. Devem ser criadas mais escolas de surdos nos municípios e na capital, se possível centralizando estas escolas nos municípios pólo.

28. Articular as várias escolas de surdos, criando espaço de discussão a fim de qualificar a educação de surdos.

29. O ensino dos surdos que precisam de apoio visual para se comunicar não devem ser incluídos nas listas de inclusão na educação infantil, ensino fundamental, e ensino médio. Eles precisam do suporte que somente a escola de surdos pode dar.

30. Implementar ensino para surdos adultos nas escolas de surdos. Ampliar as escolas de surdos com oferta de escola noturna para surdos. Criar e ampliar o ensino à surdos adultos, visto que há uma população surda analfabeta, com baixo nível escolar ou que abandonou a escola por não conseguir acompanhar conteúdos ou, ainda, por necessitar de uma educação de melhor qualidade.

31. Solicitar informação visual e/ou legendada nas escolas de surdos, como também a instalação de sistema luminoso na campainha.

32. Propor o fim da divisão por etapas nas séries iniciais para surdos: 1ª série 1ª etapa, 1ª série 2ª etapa, etc.

33. Revisar o papel das clínicas junto às escolas de surdos no sentido de que a educação do surdo não seja clínica.

34. Considerar que as escolas de surdos devem ter intérpretes em todos os eventos e para os momentos de diálogo com a família de pais surdos e entre familiares ouvintes e filhos surdos.

AS CLASSES ESPECIAIS PARA SURDOS

Se não houver escolas de surdos no local e for necessário programa de surdos à distância com classes especiais para surdos ou em municípios pólo, a comunidade a comunidade surda recomenda que:

35. Nas classes especiais, que os surdos não sejam tratados como deficientes, mas como pessoas com cultura, língua e comunidade diferente.

36. Seja incentivado, mostrado e estimulado o uso da línguas de sinais pelo surdo, indo ao encontro de seu direito de ser e de usar a comunicação visual para estruturar uma língua de sinais coerente.

37. A aquisição da identidade surda seja considerada de máxima importância, tendo em vista que a presença de professor surdo e o contato com a comunidade surda possibilitam ao surdo adquirir sua identidade.
38. Sejam introduzidas palestras sobre cultura surda nas escolas com classe especial para surdos.
39. Garanta-se atendimento adequado nas escolas onde há classe especial de surdos no sentido de acabar com sentimentos de menos-valia e que os surdos recebam ensino adequado.
40. Implantem-se sistemas de alarme luminoso, cabinas de telefone tdd ou fax em escolas com classe especial de surdos.
41. Promova-se a criação um banco de dados sobre a situação dos direitos dos surdos, bem como sobre sua cultura e história, visando a promoção da identidade surda na escola com classe especial.
42. Apoie-se a definição de ações de valorização da comunidade e cultura surda na escola com classe especial.
43. Trabalhe-se com os surdos e suas famílias no sentido de que a família adquira a língua de sinais.
44. Seja implantado um Programa de Pais garantindo o acesso a informação e assessoramento adequados.

AS RELAÇÕES ENTRE PROFESSOR OUVINTE E O PROFESSOR SURDO

45. Propor que administradores, professores de surdos e funcionários aprendam a língua de sinais.
46. Promover a capacitação dos professores de surdos no sentido de que os mesmos tenham linguagem acessível em línguas de sinais para atender aos educandos surdos.
47. Garantir a formação e atualização dos professores ouvintes de surdos de modo a assegurar qualidade educacional. Formar (cursos superiores e de extensão) os professores de surdos, com capacitação dos mesmos no conhecimento da cultura, comunidade e língua dos surdos.
48. Garantir que as relações entre professores surdos e professores ouvintes sejam igualitárias

49. Assegurar que nas reuniões de escolas de surdos, os professores surdos tenham direito a intérpretes e a entender o que está sendo falado, tendo suas opiniões respeitadas e debatidas como são as dos professores ouvintes.
50. Assegurar que o professor surdo tenha direito e prioridade de trabalho em escola de surdos.
51. Considerar os professores surdos como educadores.
52. Garantir a equiparação salarial entre professores surdos e ouvintes, respeitando o plano de carreira em vigor.

2.COMUNIDADE, CULTURA E IDENTIDADE

A IDENTIDADE SURDA

53. Substituir o termo de "deficiente auditivo" por surdo considerando que o deficiente auditivo e o surdo não têm a mesma identidade: o deficiente auditivo usa comunicação auditiva, tendo restos auditivos que podem ser corrigidos com aparelhos; o surdo usa comunicação visual (línguas de sinais) e não usa comunicação auditiva.
54. Incentivar o contato do surdo com a comunidade surda, pois a construção das identidades surdas se dá prioritariamente no contato com outros surdos.
55. Reconhecer que a pessoa surda é um sujeito com identidade surda. O objetivo de mudar o surdo para torná-lo igual a um ouvinte é um desrespeito à sua identidade e à sua condição de cidadão.
56. Evitar que o surdo seja obrigado a aceitar a representação da identidade ouvinte o chamado ouvintismo.

AS LÍNGUAS DE SINAIS

57. Oficializar a língua de sinais nos municípios, estados e a nível federal.
58. Propor o reconhecimento e a regulamentação da língua de sinais a nível federal, estadual e municipal para ser usada em escolas, universidades, entidades e órgãos públicos e privados.

59. Considerar que as línguas de sinais são línguas naturais das comunidades surdas, constituindo línguas completas e com estrutura independente das línguas orais.
60. Considerar que as línguas de sinais expressam sentidos ou significações que podem facilmente ser captados e decodificados pela visão.
61. Propor contato obrigatório com Associações ou Federações de Surdos para a formação de pessoas com prática e conhecimento em língua de sinais.
62. Considerar que a língua de sinais tem regras gramaticais próprias.
63. Considerar que a língua de sinais favorece aos surdos o acesso a qualquer tipo de conceito e conhecimento existentes na sociedade.
64. Observar que a língua de sinais é uma das razões de ser da escola de surdos, assim como existem escolas em outras línguas (espanhol, inglês...).
65. Reconhecer a língua de sinais como língua da educação do surdo, já que é expressão das cultura/s surda/s - Língua e cultura não indissociadas.
66. Considerando que a língua de sinais é própria da comunidade surda, garantir que o ensino de línguas de sinais seja exclusiva dos instrutores surdos. É necessário que os instrutores surdos sejam capacitados para o ensino da mesma, com formação específica.
67. Respeitar o uso da escrita pelo surdo com sua estrutura gramatical diferenciada. A cultura surda merece ser registrada e traduzida para outra língua.
68. Observar que a evolução cultural da comunidade surda se dá a partir do registro escrito, da filmagem, de fotos, desenhos... que são meios que possibilitam o acúmulo do conhecimento.

O CURRÍCULO DA ESCOLA DE SURDOS

69. Criar programas específicos para serem desenvolvidos antes da educação escolar da criança surda visando à fluência em língua de sinais.
70. Utilizar a língua de sinais dentro do currículo como meio de comunicação.
71. Fazer da língua de sinais uma disciplina no currículo, envolvendo o ensino de sua morfologia, sintaxe, e semântica.
72. Elaborar para as escolas de surdos, uma proposta pedagógica, orientada pela comunidade surda e por equipe especializada em educação do surdo.

73. Reestruturar o currículo atendendo às especificidades da comunidade surda, incluindo no planejamento curricular disciplinas que promovam o desenvolvimento do surdo e a construção de sua identidade.

74. Fazer com que a escola de surdos insira no currículo as manifestações das cultura/s surda/s: pintura, escultura, poesia, narrativas de história, teatro, piadas, humor, cinema, história em quadrinhos, dança e artes visuais, em sinais. A implantação de laboratórios de cultura surda se faz necessária.

75. Contar com a ajuda de professores e pesquisadores surdos na mudança do currículo, para o qual devem ser consideradas inclusive as especificidades da comunidade surda, incluindo para os surdos os mesmos conteúdos que para as escolas ouvintes.

76. Usar a comunicação visual para o ensino dos surdos em suas formas: línguas de sinais, escrita em sinais, leitura e escrita do português. Considerar que existe toda uma problemática na aprendizagem do português, que deve ser considerada como segunda língua.

77. Informar os surdos sobre educação profissional, propostas salariais e acesso a cursos profissionalizantes e concursos.

78. Contra-indicar uso de livros e materiais didáticos que ofereçam imagens estereotipadas, responsáveis por manter discriminações em relação aos surdos.

79. Criar livros e histórias onde apareça o sujeito surdo sem presença de estereótipos.

80. Oferecer aos educandos surdos o conhecimento de tecnologia de apoio, ou seja: os aparelhos especiais para uso de surdos, por exemplo, aparelhos TDD, TV com decodificador de legenda e equipamentos luminosos para construções e trânsito.

81. Conhecer a história surda e seu patrimônio, os quais proporcionam o estabelecimento de sua identidade surda.

A RELAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE SURDA E A ESCOLA DE SURDOS

82. Fazer com que todos os surdos, inclusive crianças e adolescentes, tenham direito à convivência e proximidade com a comunidade de surdos.

83. Recomendar como necessária a interação entre escola de surdos e comunidade surda.

AS RELAÇÕES COM A FAMÍLIA

84. Fornecer através da escola, Secretarias de Saúde, S.U.S. e Associações, um suporte com informações qualificadas às famílias a fim de auxiliá-las a enfrentar as vivências relativas a surdez.
85. Formar equipes com presença de surdos, instrutores surdos, professores, agentes comunitários e membros da comunidade para trabalhar em conjunto com famílias de surdos.
86. Prestar assistência aos pais surdos com filhos ouvintes propiciando a presença de um intérprete em reuniões na escola em que este estuda, fazendo com que os pais ou a escola arquem com as despesas deste profissional intermediado.
87. Liberar do trabalho nos horários necessários os pais que têm filhos surdos, para realizarem cursos de língua de sinais conforme suas necessidades.
88. Promover esclarecimentos a pais com filhos surdos para que estes possam viver e desfrutar de uma vida normal como surdos.
89. Transmitir aos pais, irmãos e familiares a orientação para que seja utilizada língua de sinais na comunicação com a criança surda.

AS ARTES SURDAS

90. Considerar que em nossas escolas, existem pequenas ou mínimas referências ou quase nada de iniciação a arte surda. Nota-se que muitas escolas ainda primam pelo uso de coral de surdos, que não condiz com a expressão da arte surda. O coral pode se tornar uma arte surda, desde que visualmente expressivo e dirigido por um surdo.
91. Observar que os alunos surdos precisam de contato com a arte surda, tal como é mostrada na história, no dia-a-dia do surdo com sua produção de significados.
92. Levar os surdos ao contato com artistas surdos e com a arte surda através de fotos, vídeos, pinturas, esculturas, teatro.
93. Considerar que os olhos, as mãos, a expressão corporal e facial sinais referenciais para os surdos.
94. Despertar os surdos para a arte, a fim de que possam expressar sua identidade surda através da mesma.
95. Ver a arte surda como forma de significação que produz certas características determinantes para a diferença e as construções históricas e culturais.

96. Colocar a pergunta: por que vivemos num complexo tão desumano em relação à arte surda?
97. Considerar que há artistas surdos em diferentes contextos como atores, poetas em língua de sinais, pintores, mágicos, escultores, contadores de histórias e outros, tais como os cineastas.
98. Adotar como estratégia relevante para a arte nas escolas a discussão com os alunos sobre como criar a arte surda.
99. Incentivar o teatro, a poesia, a pintura e pesquisas na história, na comunidade surda e outros. Artistas surdos ou debates na comunidade surda sobre a arte seriam bem vindos para incentivar os alunos "desgastados" pela exclusão da arte nas escolas de surdos.
100. Observar que o uso das imagens sobre o surdo na sala de aula precisa conter algo dos surdos. Um bom ponto de pesquisa está na Internet, onde há sites de surdos que trazem imagens autênticas de surdos.
101. Considerar necessário o conhecimento da arte e expressão surda por parte dos professores, que precisam conhecer a arte surda para que o aluno surdo possa desenvolver sua criatividade e não se envergonhe ou esconda a sua arte.
102. Reconhecer que alguns surdos tem dons muito próprios para a arte de expressão corporal e ela deve ser incentivada pela família, escola ou associação de surdos.
103. Assegurar que a arte a ser usada na escola não se resume a pintar desenhos "*pré-feitos por professores*", ou "*cantar*" músicas que são destituídas de significado para a cultura surda.
104. Repensar e discutir a arte surda no que ela representa em suas implicações políticas.
105. Encorajar os surdos para a busca de significados que expressem a/s cultura/s surda/s.

AS CULTURAS SURDAS

106. Promover a/s cultura/s surda/s através de história, arte, direitos dos surdos, tecnologia e escrita de sinais, privilegiando os meios visuais em sua produção, veiculação e acesso.
107. Promover a criação de bibliotecas visuais nas escolas e o acesso a esse acervo pela comunidade surda.
108. Encaminhar solicitação de espaço especial na TV para programas sócio-culturais-artísticos e educacionais de surdos.

109. Estimular entre as crianças surdas a criação de significados e a vivência das cultura/s surda/s.

110. Estimular as crianças a produzirem histórias clássicas em língua de sinais, registrando-as na escrita de sinais, em vídeo, desenhos ou pintura.

3. FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL SURDO

GERAL

111. Desenvolver ao máximo a educação e a formação das pessoas surdas.

112. Criar cursos profissionalizantes para surdos nas escolas de surdos de 2º Grau.

113. Criar cursos específicos para surdos como instrutores de língua de sinais, solicitando junto às Associações e Federações de Surdos, que devem ser o centro de apoio das pessoas que as procuram.

OS EDUCADORES SURDOS

114. Buscar a formação de profissionais surdos a nível acadêmico, nas áreas afins, tendo em vista o direito que os surdos tem em serem educados na sua própria Língua.

115. Recomendar ao professor surdo a reflexão sobre a representação de sua identidade surda, uma vez que ele é, fundamentalmente, um modelo de identidade para a criança surda.

116. Garantir que a escola de surdos tenha a presença de profissionais que sejam surdos, já que devem ser ouvidos quando se trata de questões próprias de sua comunidade.

117. Assegurar que no curso de formação para os professores surdos exista currículo específico sobre todas as implicações da surdez (educacionais, culturais, vocacionais...), bem como sobre língua de sinais (estrutura, morfologia, sintaxe...).

118. Considerar que a formação específica e o trabalho do professor surdo, enquanto profissional, são necessários. É importante que o professor surdo esteja engajado nas lutas da comunidade surda..

119. Incentivar na comunidade surda a escolha pelas carreiras de licenciatura.

OS INSTRUTORES DE LÍNGUA DE SINAIS

120. Encaminhar o Instrutor surdo com conhecimento no campo da educação de surdos para trabalhar em escolas. Os Instrutores surdos sem formação no magistério devem atuar em outras áreas, como por exemplo: família, empresas, etc.
121. Observar que o ensino de língua de sinais requer instrutores surdos com formação.
122. Buscar a regulamentação da profissão de Instrutor de Língua de Sinais, em parceria com Associações e Federações de Surdos, para obter o reconhecimento legal da profissão.
123. Garantir que a profissão do Instrutor de Línguas de Sinais seja exclusiva dos surdos.
124. Assegurar que os surdos com formação e experiência profissional coordenem os instrutores surdos.
125. Exigir que a formação mínima do instrutor surdo seja de nível médio.
126. Implementar o curso de formação de Instrutor na escola de ensino médio de surdos como uma habilitação específica. Ex.: contabilidade, instrutor surdo, secretário, etc.
127. Implementar os agentes multiplicadores para formação de instrutores surdos.

O MONITOR SURDO

128. Considerar que o monitor é um auxiliar/estagiário e que a sua permanência em sala de aula, portanto, não pode ser definitiva.
129. Considerar que o monitor surdo é um recurso humano provisório, um assessor do professor ouvinte, que não pode se servir dele permanentemente.
130. Favorecer a formação do monitor surdo e sua passagem para outras etapas como instrutor e/ou professor.

O PESQUISADOR SURDO

131. Incentivar a pesquisa dos surdos, considerando que faltam pesquisadores urbanos.
132. Observar que o pesquisador surdo precisa manter parceria com o pesquisador ouvinte.
133. Considerar que os surdos pesquisadores necessitam de apoio financeiro.
134. Incentivar a que o pesquisador surdo não seja apenas usuário, precisando desenvolver sua própria pesquisa.
135. Assegurar que seja respeitada a autoria do pesquisador surdo.

OS SURDOS UNIVERSITÁRIOS

136. Assegurar o direito da presença do Intérprete de Língua de Sinais no decorrer do concurso de vestibular.
137. Garantir a existência de intérpretes contratados pela universidade, assegurando ao surdo condições semelhantes de seus colegas ouvintes.
138. Lutar para que a comunidade científica das universidades reconheça a Língua, a cultura e a comunidade surda.
139. Implementar o ensino médio para surdos, com vistas à capacitação profissional e para a disputa nas provas de vestibular, garantindo o acesso do surdo aos cursos profissionalizantes e/ou às universidades;
140. Caso seja aceito pela comissão organizadora, discutir a estrutura das provas do vestibular, levando em conta as especificidades da comunidade surda.
141. Propor que intérpretes reconhecidos pelas Associações e Federações de Surdos, possam atuar nas universidades, sempre que houver solicitação e interesse de ambas as partes.
142. Considerar que a formação universitária dos intérpretes é necessária para garantir a formação do profissional surdo.
143. Propor que as universidades abram cursos para formação de intérprete de LIBRAS, em parceria com Associações e Federações de Surdos.

144. Buscar fonte de recursos, governamentais e não governamentais, para a contratação de intérprete de língua de sinais.

145. Nas universidades que acolhem surdos, lutar para que seja organizado um centro de apoio onde possam ser divulgadas informações referentes à surdez, para a comunidade universitária.

146. Dentro das universidades e cursos de graduação, assegurar a criação de uma disciplina que informe aspectos gerais que fazem parte da comunidade surda.

147. Garantir que somente intérprete com formação de 3º Grau possa atuar na tradução para língua de sinais nas universidades.